

## DIA DO TRABALHO (\*)

A democracia devolveu a liberdade ao cidadão. O desenvolvimento deve agora trazer a dignidade e o bem-estar ao trabalhador.

Esse é o grande desafio para todas as sociedades do mundo que, como a nossa, experimentam momento de intensas transformações políticas: respeitar integralmente os direitos do cidadão, da pessoa humana, assegurando-lhe plena participação na vida da coletividade, e, ao mesmo tempo, atender às mais legítimas aspirações de todos na justa retribuição por seu esforço.

No Brasil, o 1.º de maio foi durante longos anos uma jornada em que se confundiam a resistência ao autoritarismo, e as lutas por liberdade política e justiça social. E como todos os capítulos da história, por mais infelizes, também esse período serviu para cristalizar ao menos uma lição: **a democracia é condição indispensável à concretização dos ideais de progresso dos trabalhadores.**

A democracia não é sozinha condição suficiente. Ela abre possibilidades, mas não indica caminhos pré-concebidos. Oferece, sobretudo, a oportunidade de reflexão coletiva sobre o instante que ora atravessamos.

Que esta data universal sirva para recordar a inadiável necessidade de que governo, trabalhadores e empresários — e também, muito particularmente, a Justiça do Trabalho — aprofundemos o exame da situação do trabalhador brasileiro e de que, ao fazê-lo, levemos em conta o exemplo do que ocorre no mundo à nossa volta.

Nos países desenvolvidos de economia de mercado, o progresso e a prática da negociação, sustentada por interlocutores institucionalmente sólidos, do lado dos empregados e dos patrões, esvaziaram gradualmente a contradição ideológica entre o capital e o trabalho. A história demonstrou na prática aos trabalhadores desses países — e essa história se fez em boa medida com o engajamento dos trabalhadores na produção e na mobilização e luta por melhores condições de trabalho e de vida — que o chamado modelo capitalista não lhes era necessariamente desfavorável. Graças à luta dos trabalhadores pela participação plena nos benefícios do progresso, o capitalismo ganhou uma face mais humana: transformou-se em

---

(\*) Discurso proferido pelo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Collor de Mello, no dia 1.º.5.90, por ocasião da abertura da exposição sobre a vida e obra de Lindolfo Collor, no Tribunal Superior do Trabalho.

economia social de mercado, na medida em que foi capaz de conjugar interesses diferenciados no esforço coletivo de desenvolvimento.

Nas nações que se encaminharam para formas de economia centralmente planejada, o tempo se encarregou de criar uma confrontação entre o trabalhador e o estado. Dessa situação, nasceram as radicais transformações a que assistimos agora no Leste Europeu. Os trabalhadores desses países, cansados da distância entre a retórica e a realidade, exigiram liberdade e participação, pois sabem que o único caminho consistente para os frutos do desenvolvimento desenha-se quando a sociedade passa verdadeiramente a tomar parte nas decisões sobre o seu destino. Os direitos dos trabalhadores, a democracia e o progresso são partes inseparáveis da construção de um estado moderno e justo.

Nos países em desenvolvimento, embora haja grande diversidade entre as nações incluídas nessa categoria, pode-se dizer que a regra é a marginalização social da maioria do contingente de trabalhadores. Essa marginalização, que ocorria tanto no campo político como no econômico, vai agora dando lugar, especialmente na América Latina, a um processo que talvez seja ainda mais crítico: o contraste entre a recuperação da cidadania política e o agravamento das injustiças sociais. Eis uma combinação potencialmente explosiva que só pode ser resolvida se andarmos para adiante com a necessária rapidez. Ficar parado é inaceitável, porque o imobilismo só aumenta os riscos e agrava as contradições. É preciso encontrar um modelo próprio que incorpore o duro aprendizado a que a história submeteu a humanidade. Não podemos trilhar caminhos já percorridos, repetir erros, ou copiar soluções.

O caso do Brasil é especialmente dramático. Somos uma sociedade que há quase cinco séculos se recusa a encarar o problema da miséria em que sempre viveu a grande maioria de nossa gente. Somos uma sociedade que jamais remunerou adequadamente o trabalho, que jamais soube valorizar corretamente o trabalhador. Somos uma sociedade em que, infelizmente, o cinismo e a ganância das elites egoístas com frequência prevaleceram sobre a sensibilidade e a correção das elites responsáveis.

Não há regime democrático, não há economia de mercado, não há estabilidade social capaz de resistir indefinidamente à paralisia da história. Ou alteramos já o curso das relações de trabalho, dando condições dignas de vida à maioria do povo brasileiro, ou nos condenamos a um desvio cujo final pode ser trágico.

Senhor Presidente, Senhores Ministros,

Ao refletir sobre o melhor caminho para resgatar o trabalhador brasileiro, é imperativo o exame das questões envolvidas no binômio estado-sociedade. Vejo aí a necessidade de que se responda a uma indagação fundamental, a de determinar os pontos ideais de intervenção do estado para

regular as relações de trabalho. Essa indagação não pede soluções teóricas, mas deve refletir o engajamento de toda sociedade na definição dos rumos da modernização do País.

Nas democracias, essas perguntas são respondidas livremente, nas urnas, pelos eleitores. Nas democracias, existem instituições que oferecem a moldura para as soluções de compromisso. Estas acabam por conduzir a uma partilha mais equânime dos resultados do trabalho e da produção.

No Brasil, houve intervenção estatal excessiva e distorcida, que trouxe pouco benefício para o trabalhador. Mas isso foi consequência do escasso poder da sociedade sobre o estado. O estado interveio quase sempre em áreas e atividades onde a maior parte dos trabalhadores brasileiros não precisa dele.

Uma das poucas exceções relevantes ocorreu no início dos anos trinta. Começava a industrialização nas regiões sul e sudeste, surgiam os primeiros movimentos sindicais, esgotava-se a República Velha e o estado assumiu a vanguarda da defesa dos direitos do trabalhador. Isso porque o estado encarnava o desejo de renovação, até o momento em que as aspirações da maioria foram subjugadas pelas ambições autoritárias de um regime ditatorial que quebra a evolução necessária para a democracia.

E aqui quero lembrar e fazer homenagem a Lindolfo Collor, defensor e promotor dos direitos do trabalhador e do cidadão e, como tal, vítima das perseguições da ditadura que, disfarçada de continuísmo, veio interromper um dos raros momentos de nossa história em que a valorização do trabalho foi prioridade da ação do estado.

Lindolfo Collor permaneceu apenas um ano e quatro meses à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do qual foi o primeiro titular. Não tinha apego aos cargos públicos, mas sim às causas públicas. E entre essas causas que nortearam sua vida, eu destacaria as da liberdade e da justiça social. A liberdade ele defendeu com grandes sacrifícios e privações pessoais e familiares. Conheceu a prisão e o exílio. A justiça social ele pregou e promoveu em sua carreira de jornalista e político. Além disso, teve papel decisivo na incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro de um conjunto de leis trabalhistas que, em sua época, figuravam entre as mais avançadas do mundo.

A propósito, cito uma passagem da Exposição de Motivos enviada por Lindolfo Collor ao então Presidente da República: "Muitos anos passamos nós sem fazer praticamente nada no terreno da legislação social. Nesse período outros países foram ensaiando métodos e tentando soluções que não podemos desprezar. Se estamos chegando tarde, cumpre-nos envidar todo o possível para chegar bem".

Essa obra, deixada incompleta por um dos muitos acidentes de percurso de nossa evolução política, eu a vejo como uma herança, da qual

me orgulho, e como aspiração e compromisso de lutar pelo respeito ao trabalho e pelo bem-estar do trabalhador.

Também os constituintes de 1988 deram ao Brasil uma nova Carta cujo integral cumprimento, no terreno da ordem social, representaria um verdadeiro salto nas condições de vida do trabalhador brasileiro. Assim, ao jurar cumprir e defender a Constituição, assumi uma vez mais, perante toda a Nação, a responsabilidade de tudo fazer para levar prosperidade e justiça aos compatriotas que diariamente participam da construção do País.

Senhor Presidente, Senhores Ministros,

Prevalecem hoje nos países desenvolvidos as concepções de cunho liberal. Criticam-se o paternalismo e a ineficiência das políticas de sentido assistencialista, a regulamentação excessiva da vida econômica.

Minha eleição representou o endosso majoritário da sociedade brasileira ao meu projeto de redefinição do papel do estado e de revigora-mentos das forças de mercado, mas representou ao mesmo tempo o apoio ao meu compromisso com a maioria pobre, com as classes trabalhadoras. Em nenhum instante defendi as receitas do liberalismo conservador. Tenho plena consciência de que, num país como o nosso, o estado tem um papel fundamental a desempenhar na distribuição mais justa da riqueza.

Sustento a livre negociação entre empregadores e empregados não para que as coisas permaneçam como estão, mas para que progredam mais rapidamente do que ocorreria com a ingerência exagerada do estado. Defendo a livre negociação entre empresários e trabalhadores porque dessa forma é mais fácil observar as especificidades de cada caso, as realidades diversas do trabalhador brasileiro — o dia-a-dia do operário das indústrias, do bóia-fria, do cortador de cana.

Estão hoje assegurados no Brasil os requisitos básicos para o entendimento: liberdade de reunião, de manifestação e de organização. Assim, podem cumprir seu papel fundamental as entidades representativas dos interesses de classe. Os sindicatos de trabalhadores e os grêmios empresariais são pilares fundamentais do processo de repartição da riqueza e do bem-estar.

Permito-me voltar a uma observação de Lindolfo Collor que revela o que considero a própria base do entendimento entre empregados e empregadores, pois supõe uma ética renovada de relacionamento, em que a desconfiança é substituída pela lealdade e pela tolerância: "Para que os homens se compreendam é necessário que se encontrem num terreno de lealdade e numa atmosfera de tolerância. A compreensão já vale por um começo de acordo. Sempre que dois homens, representantes de interesses opostos, se reúnem para discuti-los, a previsão normal é a do entendimento que entre eles surgirá. Este, em poucas palavras, o princípio humano que anima as Comissões de Conciliação".

Aqueles que, como eu, acreditam na via da economia de mercado como melhor caminho para o desenvolvimento, desejaria fazer uma advertência: não se pode falar em economia de mercado numa sociedade onde a maior parte dos trabalhadores não está integrada ao mercado. Só o atraso cultural explica que muitos dos segmentos mais abastados de nossa população preguem a livre iniciativa como modelo ideal, mas continuem aferrados ao vício de ganhar muito e pagar pouco, tanto em termos de salários, como de impostos.

O plano econômico que pus em execução no dia 16 de março é o primeiro passo no cumprimento da promessa que fiz de retomar o desenvolvimento com justiça social. A inflação vai ser debelada. Outros passos virão. Não deixarei de fazer a parte que me cabe. Mas como disse naquela data, na democracia quem salva a nação não é o governo e sim a sociedade. O estado é instrumento sujeito à vontade popular.

A reconstrução nacional passa pela reconstrução das relações trabalhistas no País, incorporando o trabalhador na formulação das políticas nacionais e na decisão de seu próprio destino. Daí, no momento em que também comemoramos o centenário de nascimento daquele que foi o idealizador do trabalhismo e o primeiro ocupante do Ministério do Trabalho, é fundamental ressaltar a importância de termos, pela primeira vez em nossa história, um trabalhador, um líder sindical, como titular desta Pasta que detém hoje, além do maior orçamento para administrar, a responsabilidade mais direta, dentro do governo, pela reformulação das relações de trabalho que nos leve a uma nova fase de bem-estar e justiça social.

O Brasil precisa convencer-se de que a salvação do País só se fará com o trabalho dos brasileiros. O trabalho é a fonte de toda riqueza, de todo progresso. O trabalhador é a base da sociedade. Ou valorizamos o trabalho e o trabalhador, ou retribuimos com justiça o seu esforço, ou jamais realizaremos a nossa aspiração de nos tornarmos, no mais breve prazo, um país plenamente desenvolvido.

Ao agradecer ao Tribunal Superior do Trabalho esta homenagem ao centenário de Lindolfo Collor e a oportunidade que me foi dada de dirigir algumas palavras a esta corte e à Nação, gostaria de concluir com uma citação do homenageado que, embora date de 1919, logo após o fim da 1.ª Guerra Mundial, guarda especial atualidade:

“Engana-se, profundamente, quem supuser que, dentro da nova ordem de coisas que nasce com o fim da luta das potências, seja possível ainda ir iludindo a verdadeira situação do proletariado e adiando sua definitiva incorporação moral e econômica na civilização ocidental... A consciência do mundo está amadurecendo para a reforma social... O que é preciso é dar aos operários leis civis adequadas às suas necessidades nos diversos meios. Um ano, dois, cinco, dez, o prazo final pouco importa. O fato é que os explorados se levantam contra os exploradores. O que não passava de arran-

cos pessoais ou, quando muito, de movimentos nacionais, é hoje uma aspiração universal”.

Historicamente, e há exemplos recentes disso, os povos levantam-se contra as tiranias e contra a dominação estrangeira. Contra a democracia os povos não se levantam, pois ela é a expressão concreta do poder do povo sobre seus próprios destinos. Na democracia, a sociedade dispõe dos instrumentos políticos necessários à alteração da realidade de acordo com os designios da maioria. Os trabalhadores, que são maioria, têm, portanto, as condições indispensáveis à livre expressão de seus anseios e ao encaminhamento e negociação de suas reivindicações, dentro das regras do jogo democrático.

As conquistas da democracia, nesse sentido, não são um fim em si mesmas, mas um meio para a consecução das aspirações de justiça, progresso e bem-estar. Os trabalhadores brasileiros, estou seguro, saberão fazer da nova ordem política e jurídica o caminho para uma nova ordem econômica e social em que o País se liberte das amarras da pobreza e do atraso, alcançando, o quanto antes, a condição de sociedade verdadeiramente integrada à era contemporânea.

Esse processo, que já começou, precisa ganhar impulso cada vez maior. O Brasil tem pressa. Trata-se de salvar a vida de muitos e de melhorar a vida de todos. Trata-se de assegurar finalmente a cada um dos brasileiros a dignidade e a realização pessoais a que todos os homens têm direito.